

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra*. Tradução de: OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

---

Carlos Borges Junior<sup>1</sup>

O livro *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*, escrito por Paulo Freire e Donaldo Macedo, compreende a alfabetização como uma ação política cuja leitura da palavra implica na leitura da palavravmundo. Em sua sexta edição (2013), traduzida por Lólio Lourenço de Oliveira e publicada pela editora Paz & Terra, contendo 271 páginas, pode ser encontrada uma reflexão sobre alfabetização que escapa ao singelo gesto de decifrar e/ou decodificar palavras.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife no ano de 1921 e morreu em 1997. Era pedagogo, filósofo e professor. Trabalhou na educação de adultos (camponeses, operários e pescadores) no Rio Grande do Norte, onde ensinou cerca de 300 alunos a ler em apenas 45 dias nos idos de 1963. Devido a essa experiência, desenvolveu um método inovador de alfabetização, adotado primeiramente por Pernambuco, mas que depois ficou conhecido em todo o mundo. Hoje é considerado por muitos como o patrono da educação brasileira. Seu trabalho obteve reconhecimento internacional e lhe rendeu muitos convites para a elaboração de projetos de alfabetização em países africanos, conforme experiências relatadas neste livro especificamente. Freire foi o brasileiro mais homenageado de todos os tempos, ganhando 41 títulos de Doutor Honoris Causa em diversas universidades internacionais, entre as quais Harvard, Cambridge e Oxford, por exemplo. Escreveu dezenas de livros, entre eles *Pedagogia do Oprimido*, um dos mais conhecidos no exterior. Já Donaldo Macedo é professor de Artes Liberais e Educação da Universidade de Massachusetts, Boston, atuando nas áreas de alfabetização, pedagogia crítica, linguística e educação. Tem sido um pesquisador renomado na área da pedagogia crítica e seu trabalho ao lado de Paulo Freire inovou teoricamente o estudo da alfabetização, porque apontou

**DOI:** 10.1590/0104-4060.41996

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Campus Universitário. Trindade. CEP: 88040-970. *E-mail:* borges-junior@hotmail.com

uma compreensão crítica de como a linguagem, o poder e a cultura contribuem na formação da experiência humana a partir do ensino. Os diálogos publicados com o pedagogo brasileiro elucidaram os sentidos da alfabetização a partir de uma pedagogia crítica.

*Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra* possui um *preâmbulo* escrito pelos autores no qual destacam a crise do analfabetismo como uma injustiça social ao passo que este problema ameaça a ordem econômica global. O *prefácio* da publicação é feito por Ann E. Berthoff, estudiosa das relações entre ler e escrever (Massachusetts). Ela ressalta a pedagogia inquieta de Freire apontando para uma *ação cultural para a liberdade* dos sujeitos em formação: uma pedagogia que não apenas nomeia o mundo, mas também o transforma. Freire escreve a *Carta aos Leitores* e a Henry A. Giroux, professor da Universidade de Miami, cabem as palavras de *Introdução* ao livro, sabiamente intitulada *Alfabetização e a pedagogia do empowerment político*, parte em que tece suas observações sobre o ato de alfabetizar para o empoderamento dos sujeitos a partir da pedagogia crítica que Paulo Freire defende em seus estudos.

O leitor habituado com leituras teóricas realizadas de forma expositiva na maioria dos livros, certamente se surpreende com as discussões que abrem os trabalhos. Quatro dos cinco capítulos se organizam em um tom de conversa entre os educadores Henry Giroux e Paulo Freire: os três primeiros e, depois, o último capítulo. Ao professor da Universidade de Miami cabe a responsabilidade de levantar questões acerca da concepção de alfabetização que Freire fundamenta em sua teoria. O debate inicial põe em questão a ideia de *alfabetização emancipadora* sob duas perspectivas: a de valorização da própria história e a de apropriação dos códigos e culturas das esferas dominantes sem que uma perspectiva sufoque a outra na formação da consciência e subjetividade dos alunos. As exposições argumentativas do escritor de *O ato de Ler* concebem a consciência como uma práxis social, gerada nela; quando a individualidade tem a ver com a prática social de que se toma parte e com a posição que nela se ocupa. Nessa concepção, a subjetividade não é um apenas um ato individual, mas político; por isso, crítico.

Para Freire, a escola e o educador devem assumir uma grande responsabilidade no intuito de que os alunos consigam compreender a dimensão mais profunda do processo de aprendizagem. A intervenção deve acontecer no ato consciente do processo de ensino-aprendizagem, momento em que o *educador crítico* questiona os alunos para que eles percebam a dimensão das coerções sociais que estabelecem as assimetrias entre os sujeitos que detêm ou não o poder. Assim, os alunos assumem uma postura crítica quando entendem como e o que constitui uma consciência do mundo, já que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Isso porque a consciência do mundo se constitui na relação

com o mundo; não é um ato apenas individual, mas econômico, cultural, político e também pedagógico. Um trabalho de alfabetização para a emancipação dos sujeitos deve contemplar esses espaços, já que a educação é uma imersão em um mundo cultural e a cultura “é uma totalidade atravessada por interesses de classe” (p. 86), cujo aspecto econômico é preponderante para se eleger quais bens da cultura serão valoráveis para serem ensinados às novas gerações, mantendo-se o princípio de dominação.

Nesse sentido, o trabalho de alfabetização extrapola os limites da decifração do código escrito, rompendo com a antiga concepção de *alfabetizar*; tal ação se inscreve como um ato de consciência política, porque tornam visíveis as relações e lutas simbólicas que acontecem entre as classes sociais para verem naturalizados seus bens e valores culturais, sobretudo, mantidos para serem ensinados. É nesse ponto que deve intervir o educador crítico. Ele, percebendo esses espaços, pode construir e constituir uma práxis que possibilite aos seus alunos uma percepção dessa realidade social, e a linguagem pode ser utilizada como ferramenta de acesso a esse vasto universo de possibilidades de intervenção no mundo, tornando a ação pedagógica um ato mais inquieto.

Ainda no capítulo *Repensando a alfabetização: um diálogo*, Freire destaca que o acesso politizado (crítico, consciente) ao mundo da palavra possibilita aos sujeitos o direito de se tornarem partícipes da decisão de transformar o mundo, incluindo nele as múltiplas vozes marginalizadas, ora silenciadas. A alfabetização para um ato democrático de intervenção. Uma escola que ensine os alunos a duvidar das certezas, ao contrário de apenas reafirmá-las, constituindo consciências que compreendam a realidade social como um ato histórico, político e não determinista é o que se anseia construir para um novo tempo. Esse é o papel de uma *pedagogia* que se diz *crítica e radical*, justamente porque põe em questão a *ação humana* como centro nas atividades de ensino. Daí o papel de o educador crítico fazer emergir as teorias implícitas nessas práticas para que os envolvidos possam se apropriar delas para tê-las como argumentos de uma transformação social.

A base teórica desenvolvida na primeira parte é colocada em prática no segundo capítulo. Em *Alfabetização na Guiné-Bissau: um reencontro*, Freire relata as experiências de quando fora convidado a fazer parte de uma equipe para construção de um projeto de alfabetização na Guiné-Bissau e mais tarde em Nicarágua, entre outros. Ele destaca as discussões em torno da responsabilidade do projeto, principalmente em relação à língua que seria adotada na alfabetização das pessoas. O país tomou o português como língua oficial, embora alertasse que uma alfabetização crítica e consciente devesse passar pela valorização das línguas locais, rompendo com a supremacia da cultura do colonizador. Contudo, tal observação não foi levada em conta. Havia um processo de unificação nacio-

nal após o período de independência do país e a língua portuguesa foi tomada como referencial para construção de uma identidade nacional, e essa limitação política teve que ser considerada.

Um projeto de alfabetização que tome por referência a língua do colonizador torna-se agressivo não só aos sujeitos como também à sociedade local em seu processo de reescrita e emancipação, pois a alfabetização é uma *prática transformadora*, logo *política*, fazendo com que os sujeitos assumam sua própria história – esses eram os apontamentos do pernambucano na orientação dos países. Ainda assim, os colonizados foram obrigados a assumir suas histórias na língua do colonizador – ato artificial na política de empoderamento dos sujeitos se se tomar por referência o sentido que Paulo Freire atribui à palavra. Ao invés de empoderar, a alfabetização em língua portuguesa contribuiria para deflagrar uma exacerbada divisão de classes, garantindo que somente os filhos da elite tivessem condições de progredir educacionalmente. Embora houvesse a previsão, ainda assim investiu-se em alfabetizar tendo por base a língua dos colonizadores portugueses sob o amálgama de que as línguas nacionais eram inferiores, por isso não serviam para a reescrita da história do país.

Em uma carta que Paulo Freire escreve a Mário Cabral (na época Ministro da Educação em Guiné-Bissau), o educador destaca tais preocupações, analisando a pouca viabilidade de êxito na adoção do português como língua para a alfabetização das pessoas; fala também das consequências políticas e culturais para a nação recém-libertada. A correspondência é publicada como apêndice neste livro. Nela, podem-se notar as preocupações freireanas quanto ao assunto e as ressalvas que faz relativas à questão, já que “a reinvenção de uma sociedade é um ato político que tem lugar na história” (2013, p. 131). Entretanto, o fracasso não tardou a chegar, porque a reinvenção da própria história não pode ser cumprida por meio de uma língua que nega a realidade de um povo. Então, suspendeu-se a alfabetização em português, substituindo-o pelo crioulo e passou-se a ensinar a língua do colonizador como segunda língua. Esse ato foi preponderante para a descolonização das mentes, processo fundamental para compreender os malefícios disseminados pelo colonizador, que inculcou nos colonizados sua suposta selvageria. Esse é o trabalho de descolonização das mentes que ainda deve acontecer nas salas de aulas das escolas de todos os lugares, em vias de construir uma educação para a vida.

O capítulo seguinte, *O analfabetismo da alfabetização nos Estados Unidos*, aponta que o problema não ameaça somente as nações pobres, os americanos também compartilham desse desconforto ante a educação. Mas quais as razões para haver tantos analfabetos em países ditos “mais desenvolvidos”? Uma argumentação que pode ser vista como possível explicação está na ideia que Giroux propõe de que a escola teria expulsado os alunos que não se encontraram nela.

Isto demonstra a vitória da escolarização, visto os currículos não contemplarem a realidade de todos, mas de uma parcela da cultura dominante. Por isso, é compreensível a rebeldia das crianças. Elas percebem as relações de força e poder dos mecanismos internos da ideologia dominante imbricados na escola e reagem a eles negando-se a apreendê-los. Nesse sentido não se pode negar a natureza política da educação de que fala Freire, se o fizer, culpabilizar-se-á sempre a vítima e não o opressor, assegurando-se que as coisas continuem a funcionar do modo que estão.

A natureza política da educação denuncia os interesses das classes dominantes ao tornar os sujeitos críticos quando compreendem que os acontecimentos são históricos e tendem a se manter a partir dos que estão no poder: que tudo não passa de uma questão de posições para beneficiar os sujeitos economicamente abastados. Uma educação para o empoderamento dos sujeitos põe em xeque a reprodução da ideologia dominante, construindo com os sujeitos práticas de resistência e transformando-as em bases teóricas para compreender o mundo e suas relações. Essa é a tarefa da *pedagogia radical* que investe na luta para que os sujeitos construam referenciais consistentes para mudar as condições materiais e históricas que os têm escravizado. Orientados em tal sentido, a língua pode oferecer um arsenal contra esse sistema, porque possibilita a ação interventiva no mundo, possibilitada pela *nitidez política* a que se refere Freire, quando se é possível chegar a uma compreensão mais rigorosa dos fatos a partir de uma *visão politizada* (constituída na percepção da vida como um processo biográfico, histórico e coletivo).

Só se atinge essa capacidade de leitura os que não se conformam em ler a palavra, mas a palavramundo, por essa razão, justifica-se que a alfabetização, na perspectiva de Freire, transcenda a um outro sentido de educação. Nesse ínterim, o que se requer é que as práticas educacionais sejam reinventadas para a construção de um ato epistemológico, filosófico, pedagógico e político, diminuindo as distâncias entre a práxis e o discurso. O *educador radical* consegue realizar muito bem esse trabalho, porque conhece as formas e os modos de resistência do povo e as explica no nível teórico para intervir no mundo. Esse seria um sentido a se considerar para a construção de uma educação para além dos muros da escola.

No capítulo intitulado *Alfabetização e pedagogia crítica*, escrito por Donaldo Macedo, o tom dialógico de conversa é substituído pelo tradicional discurso teórico. O autor inicia a discussão discorrendo sobre o que chama de práticas que atuam para o *empower* e *disempower* dos sujeitos. A esse termo em inglês se associa a compreensão de empoderamento e desempoderamento, derivadas do verbo empoderar, que se fundamenta na discussão freireana de uma alfabetização como conjunto de práticas que promovam a mudança democrática e emancipadora.

Macedo propõe analisar os programas de alfabetização à luz das teorias de produção e reprodução cultural, interessando identificar como as pessoas produzem, transformam e reproduzem significados, não encarando o processo de leitura apenas como o desenvolvimento de habilidades para a aquisição ou decifração da língua padrão, mas para a constituição de sujeitos. Para isso, toma os programas desenvolvidos na África como exemplo. Destaca na problematização que, em alguns casos, as escolas funcionaram como purificadoras, na ideia de salvar os africanos de sua ignorância; analisa o papel da língua no processo de reprodução e aponta um projeto de alfabetização animado pela pedagogia radical, cuja afirmação do povo oprimido permite-lhe recriar a própria história, cultura e língua. Macedo critica a perspectiva positivista e tradicional de alfabetização, sustentada por uma abordagem que ignora a inter-relação entre estruturas sociopolíticas de uma sociedade e o ato de ler. Ele destaca a relevante contribuição dos contextos ideológicos da dimensão social e política da prática de leitura para redimensionar as práticas de alfabetização. Quando destaca esse aspecto, quer pôr em evidência o modo como a ideologia enforma as dimensões da leitura. Somente assim, é possível analisar as abordagens da alfabetização, vinculando-as à reprodução cultural ou à produção de cultura.

A *abordagem acadêmica* de leitura firma-se vinculada aos interesses da elite, derivada das definições mais clássicas do homem letrado, de padrões elevados e refinados, aquele engajado em atividades intelectuais valoradas pelo discurso dominante. A essa leitura não funciona como mera decodificação, que normalmente é usada para a maioria despossuída dessa capacidade de ler. Quando o objetivo do ensino de leitura centra seu trabalho em produzir leitores que respondem apenas a requisitos básicos para atender aos anseios da sociedade contemporânea, diz-se que ocorre uma perspectiva *utilitarista da leitura*. Ela também sacrifica o princípio de criticidade na formação dos sujeitos e somente os concebe enquanto trabalhadores para dar suporte às demandas do trabalho em uma sociedade industrializada. Já a abordagem da leitura do ponto de vista do *desenvolvimento cognitivo* dá destaque à construção do significado a partir da interação dialética do indivíduo com seu mundo objetivo: a leitura (construção de significados) como processo para solução de problemas. Esta tende a ser aprimorada: parte-se de tarefas simples de leitura para atividades de complexas relações. A perspectiva *romântica* encara o significado como sendo gerado pelo leitor e não na interação entre o leitor e o leitor por meio do texto. Além disso, valoriza o aspecto afetivo da leitura como satisfação do ego, bem como não considera o capital cultural dos grupos subalternos, supondo que todas as pessoas têm acesso à leitura. Isto implica em desvincular as relações assimétricas de poder dentro da sociedade dominante, contribuindo para uma política do *disempower* de determinados grupos – todas essas concepções sendo

associadas como ordenamentos de significados para uma leitura crítica dentro da política de alfabetização para a emancipação de sujeitos.

O autor denuncia que ao se escolher uma dessas abordagens, firma-se também o posicionamento político do educador. Essa consciência política da práxis do professor pode orientar o trabalho na intenção de que os alunos compreendam o *papel da língua na alfabetização* e na construção do conhecimento. A escolha por uma linguagem culta, normativa ao invés da informal, ou do português em contraste com a língua nativa dos índios, por exemplo, pode construir nos grupos subalternos políticas para *empowerment* ou *desempowerment* dos sujeitos. Nesse sentido, Macedo aponta que a práxis mais indicada para um educador consciente seja constituir um processo de alfabetização radicado numa ideologia emancipadora para que os alunos se tornem sujeitos e não objetos. Só assim serão capazes de descolonizar suas mentes do discurso dominante.

Em *Repensando a pedagogia crítica: um diálogo com Paulo Freire*, quinto capítulo, o tom de entrevista volta a fazer parte do livro. Talvez a maneira mais persuasiva de encerrar os trabalhos seja realmente por meio de uma conversa entre educadores. Neste ponto da discussão, as questões levantadas por Macedo em relação ao modo peculiar de compreender a alfabetização por Paulo Freire passam por pontos de intersecção já ponderados nos capítulos anteriores. O momento é de tecer considerações pertinentes para redimensionar a práxis pedagógica.

Paulo Freire destaca que seu projeto de alfabetização de adultos se constitui em um trabalho de alfabetização dos oprimidos. Na verdade, o que se fez foi partir da leitura da palavrando ao invés de começar a ler apenas decodificando – o ponto de partida foi a totalidade da palavra e do mundo que se podia ler a partir dela. Quando se opta por esse jeito peculiar de ensino-aprendizagem, observa-se que ocorrem as trocas de conhecimento, pois os sujeitos envolvidos no processo aprendem uns com os outros – não há espaço para as assimetrias entre professor e aluno, o que sabe ou o que não sabe. Assim, somente uma práxis astuciosa que olha o sistema com um pé dentro e outro fora é capaz de perceber e intervir nas instâncias de ensino para uma política de *empowerment*, sem ser classificada de *fatalismo libertador*. Não se trata de uma libertação que se deixa por conta da história, mas de sujeitos que agem no mundo para redimensionar práticas sociais, redimensionando também o poder nas relações de força entre dominadores e dominados.

As consequências políticas advindas dessa ação pedagógica subvertem os discursos de dominação, denunciando-os, mostrando que eles se mantêm apenas por uma questão de posições e poderes econômicos. Essa práxis descoloniza as mentes e muito contribuiu na educação de países angolanos que tiveram sua independência proclamada nos idos de 1975. Em alguns, a língua nativa foi



utilizada como arma de combate ante o colonizador, dando consciência política, econômica e social ao povo.

Alfabetizar nesse sentido implicou empoderar os sujeitos, desfazendo os complexos que o colonizador havia implantado nas consciências das pessoas daqueles países. Ao desmascarar as ações do dominador tornam-se mais visíveis aos oprimidos as relações de poder que se estruturam e a quem elas acabam servindo. Afinal, “[...] uma das tarefas da educação crítica e da pedagogia radical é ajudar que o processo crítico de pensar-falar se recrie na recriação de seu contexto”. (p. 221). Por isso é necessário entender a educação como ato político e como uma teoria do conhecimento posta em prática, convocando os educandos a assumir seus respectivos papéis de sujeito do processo com o domínio de sua língua. Também é importante o conhecimento da língua da classe dominante para fazer uso consciente dela na construção do conhecimento, percebendo que a contradição entre dominante e dominado está no conflito cultural e de classe, pois negando a existência da cultura do dominado, o dominante anestesia e sabota a ascensão econômica do rival.

Por essa razão, repensar a práxis pedagógica se torna crucial. A força resultante desse processo de reflexão intervém diretamente na capacidade de os sujeitos se constituírem sujeitos de sua própria história, criando e recriando possibilidades de transformação do mundo em que vivem. É nesse tom otimista que Paulo Freire conclui seus apontamentos. O livro é uma leitura imprescindível aos educadores, professores, diretores e diversos profissionais que trabalham com a formação de pessoas, sobretudo, aquelas que se preocupam em oferecer aos sujeitos em formação a possibilidade de modificar suas vidas e o universo em que vivem a partir de uma política do *empowerment*.

Texto recebido em 03 de julho de 2015.  
Texto aprovado em 25 de agosto de 2015.